



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000425356

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1014708-43.2023.8.26.0451, da Comarca de Piracicaba, em que é apelante MARCIA ROSANGELA SYPRIANO (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado CREFISA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma V (Direito Privado 2) do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CARLOS EDUARDO PACHI (Presidente sem voto), INAH DE LEMOS E SILVA MACHADO E MARCOS DE LIMA PORTA.

São Paulo, 30 de abril de 2025.

RICARDO PEREIRA JÚNIOR

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº 3.710

APELAÇÃO Nº 1014708-43.2023.8.26.0451

APELANTE: Marcia Rosangela Sypriano

APELADA: Crefisa S/A Crédito, Financiamento e Investimentos

COMARCA: Piracicaba

JUIZ: Marcos Douglas Veloso Balbino da Silva

Apelação Cível. Contratos bancários. Empréstimo pessoal não consignado. Juros. Ação revisional. Sentença de improcedência. Apelação da consumidora. Juros remuneratórios supostamente abusivos. Diferença entre taxa contratada e taxa média do mercado insuficiente para caracterizar abusividade. Ausência de prova de que os juros contratados por terceiros em situações semelhantes sejam muito inferiores à taxa impugnada (tema 27 do STJ). Abusividade da taxa de juros não demonstrada. Recurso da consumidora não provido.

Vistos.

Trata-se de Recurso de Apelação interposto por Marcia Rosangela Sypriano em face da sentença que julgou sua ação revisional ajuizada contra a Crefisa S/A Crédito, Financiamento e Investimentos.

A parte autora contratou vinte empréstimos pessoais não consignados com a parte ré e alega que as taxas de juros pactuadas são muito superiores à média do mercado e, portanto, abusivas. Ajuizou esta ação buscando a redução dos juros e o ressarcimento do valor pago a maior.

O Juízo julgou a ação improcedente (fls. 747/749), por entender que a parte autora admitiu ter sido cientificada das taxas de juros contratadas, não havendo razão para reduzi-las. A parte autora foi condenada nos ônus sucumbenciais e os honorários foram fixados em 10% do valor da causa.

A parte autora apelou (fls. 752/762), reiterando as razões da inicial, destacando que os juros contratados são muito superiores à média do mercado e, portanto, abusivos, devendo ser reduzidos, como definido no julgamento do tema 27 pelo STJ, e insistindo nos seus pedidos. Requer o provimento do recurso para que a sentença seja reformada e a ação seja julgada procedente.

Recurso tempestivo.

A parte autora conta com gratuidade e está dispensada de recolher preparo (fls. 228).

Contrarrazões em fls. 767/778.

A parte ré se opôs ao julgamento virtual (fls. 804).

Autos remetidos a este Núcleo de Justiça em 2º Grau em 27/02/2025 (fls. 801).

É O RELATÓRIO.

Primeiramente, ante a falta de prejuízo ao opoente (art. 277 do CPC), encaminhe-se o processo diretamente para o julgamento virtual.

O recurso não merece provimento.

A legislação e a jurisprudência garantem ampla liberdade de fixação de taxa de juros às instituições financeiras, as quais não se submetem à Lei da Usura (súm. 596 do STF) e podem exigir percentuais superiores a 12% ao ano (súm. 382 do STJ), bem como capitalização de juros (temas 246 e 247 do STJ).

No julgamento do [tema 27](#), o STJ fixou o seguinte entendimento relativo ao aparente conflito entre a liberdade das instituições financeiras de fixar taxas de juros e o direito do consumidor contra práticas abusivas:

“É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto”.

([REsp 1.061.530/RS](#), Rel. Min. Nancy Andrighi, 2ª Seção, j. em 22/10/2008, g. n.).

Mais especificamente quanto à abusividade, o STJ já teve oportunidade de esclarecer que o mero fato de os juros remuneratórios contratados serem superiores à média do mercado *não* ofende direito do consumidor, cuja configuração depende de uma série de circunstâncias:

3. Prevaleceu o entendimento de que a taxa média de mercado apurada pelo Banco Central para cada segmento de crédito é referencial útil para o controle da abusividade, mas o simples fato de a taxa efetiva cobrada no contrato estar acima da taxa média de mercado não significa, por si só, abuso. Ao contrário, a média de mercado não pode ser considerada o limite, justamente porque é média; incorpora

as menores e maiores taxas praticadas pelo mercado, em operações de diferentes níveis de risco. Foi expressamente rejeitada a possibilidade de o Poder Judiciário estabelecer aprioristicamente um teto para taxa de juros, adotando como parâmetro máximo o dobro ou qualquer outro percentual em relação à taxa média.

4. O caráter abusivo da taxa de juros contratada haverá de ser demonstrado de acordo com as peculiaridades de cada caso concreto, levando-se em consideração circunstâncias como o custo da captação dos recursos no local e época do contrato; o valor e o prazo do financiamento; as fontes de renda do cliente; as garantias ofertadas; a existência de prévio relacionamento do cliente com a instituição financeira; análise do perfil de risco de crédito do tomador; a forma de pagamento da operação, entre outros aspectos.

(REsp n. 1.821.182/RS, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, 4ª T., j. em 23/06/2022, g. n.)

A verificação de abusividade depende da análise do contexto do negócio, pois um consumidor com renda variável e histórico de várias negativas tende a oferecer mais risco de inadimplência do que outro, com renda fixa e sem qualquer restrição na praça, justificando-se que os juros cobrados do primeiro sejam maiores do que os juros exigidos do segundo.

No caso sob análise, a parte autora limitou-se a comparar as taxas de juros contratadas (entre 19 e 22,89% ao mês, fls. 756/759) com as taxas médias do mercado (entre 4,5 e 5,71% a. m., fls. 756/759), o que não é suficiente para comprovar abusividade, como apontado acima.

Cabia à parte autora provar que as instituições financeiras cobraram juros muito inferiores de outros clientes *em circunstâncias semelhantes às suas*. É dizer, não foi demonstrado que, em operações parecidas, consumidores com o mesmo perfil de risco da parte autora tenham obtido juros



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

menores, concluindo-se pela ausência de prova de abusividade.

Assim, a sentença deve ser mantida em seus próprios fundamentos.

Em função do desenvolvimento de fase recursal, os honorários devem ser aumentados de 10 para 15% do valor da causa (art. 85, §§ 2º e 11, CPC). A obrigação de arcar com a sucumbência fica suspensa enquanto a parte autora for beneficiada pela gratuidade judiciária.

A oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais ou com efeitos infringentes dará ensejo à imposição da multa prevista pelo artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil.

Considera-se prequestionada toda a matéria constitucional e infraconstitucional discutida, evitando-se, com isso, oposição de embargos de declaração para este fim (Súmulas nº 211 do Superior Tribunal de Justiça e nº 282 do Supremo Tribunal Federal).

Isto posto, **NEGO PROVIMENTO À APELAÇÃO.**

RICARDO PEREIRA JÚNIOR

Relator